

A HETEROGENEIDADE INTERNA DA MATA: DO PIONEIRISMO ESTADUAL À ESTAGNAÇÃO INTRA-REGIONAL*

Patrício A. S. Carneiro¹
Ralfó E. S. Matos²

Resumo

O recorte territorial *Zona da Mata* tem sido tomado como uma unidade homogênea. Resultados de análises históricas e atuais, centradas numa parcela específica de municípios, geralmente em Juiz de Fora e seu entorno, são generalizados para a base regional. Contudo, desde o período colonial, a formação dessa região apresentou profundas diferenças em termos dos agentes modeladores, das atividades econômicas instaladas, das estruturas fundiárias e da evolução dos meios de transporte. No contexto recente, ela possui forte heterogeneidade interna, notada na presença de duas formações territoriais, Centro-norte e Centro-sul, cujas estruturas econômicas e agrárias são bastante distintas.

Palavras-Chave: Geografia Regional, Zona da Mata Mineira, Pioneirismo e Estagnação, Disparidade Intra-regional, Estruturas Econômicas e Agrárias.

Sessão: Economia Mineira

E - 3. Características urbanas e regionais do desenvolvimento mineiro

* Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado do primeiro autor, defendida sob a orientação do segundo autor no Departamento de Geografia da UFMG.

¹ Mestre em Geografia pelo IGC/UFMG.

² Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

A HETEROGENEIDADE INTERNA DA MATA: DO PIONEIRISMO ESTADUAL À ESTAGNAÇÃO INTRA-REGIONAL

I. Introdução

A diversidade das formações socioespaciais pode ser explicada pelo desenvolvimento desigual dos processos econômico-sociais no tempo e no espaço. Os agentes sociais, em especial os de maior poder político e econômico, ao produzirem o espaço geográfico fazem surgir áreas heterogêneas. Mas, a explicação para a diferenciação não finda aí, pois, conforme Santos (1981, p.150), cada espaço receptor, com seus atributos, não absorve todos os elementos, e os absorvidos geralmente não são, necessariamente, da mesma geração. Isto configura uma característica intrínseca do espaço geográfico: a sua “acumulação desigual de tempos”, fundamento não somente da distinção das paisagens no globo, mas também da individualidade dos subespaços.

Nas últimas décadas, fenômenos como a globalização e a fragmentação têm impulsionado a diferenciação contínua de países, estados e regiões. Em Minas Gerais, o desenvolvimento seletivo pode ser notado na participação desigual das suas doze mesorregiões geográficas na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Segundo dados divulgados pela FJP (2003), a Metropolitana de Belo Horizonte e o Sul/Sudoeste de Minas responderam por 54% do PIB em 2000, ao passo que o Vale do Mucuri, Norte de Minas e Jequitinhonha representaram apenas 7%. A primeira, onde se localiza a capital, concentra os melhores indicadores de produção, industrialização e renda *per capita*, destacando-se empresas de grande porte como Vale, Belgo (Grupo Arcelor), Minerações Brasileiras Reunidas, Gerdau Açominas etc. Em contrapartida, a última mesorregião apresenta os piores índices de renda, produtividade, escolaridade, saúde, dentre outros.

As desigualdades regionais são conseqüências inerentes dos projetos de desenvolvimento econômico. Mas, em Minas Gerais, três particularidades do estado contribuíram para reforçá-las. Wirth (1982, p.41) relatou que, até por volta da década de 1930, não havia uma força “unificadora” capaz de integrar o território mineiro num conjunto unificado. O que se configurava era um agrupamento de várias regiões que mantinham relações muito mais com unidades federais de sua vizinhança do que propriamente com a unidade política administrativa na qual estava inserida, dando ao estado uma “longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”. Daí a noção de “mosaico mineiro”. Os acentuados vínculos atuais das regiões mineiras com outros estados, como entre o Sul de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com São Paulo, entre a Zona da Mata e o Rio de Janeiro e entre o Noroeste e Brasília, ainda marcam o desenvolvimento econômico diferenciado do Estado. A concentração da base mineral, que contribuiu para o agrupamento dos empreendimentos industriais, especialmente na região Metropolitana, e a inserção periférica de Minas no processo de industrialização brasileira, o qual se tornou base para investimentos direcionados, principalmente, à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país (Rio de Janeiro e São Paulo), são outros dois fatores, mencionados por Chaves (2002, p.315).

O quadro dos indicadores sociais microrregionais e municipais mostra que a Zona da Mata e o Vale do Rio Doce têm ampliado o leque das regiões problemas em Minas Gerais, dispendo de municípios com situações semelhantes aos do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas³. A localização da Zona da Mata numa área próxima aos principais pólos do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) não têm sido suficiente para modificar os seus acentuados contrastes internos, a perda de importância econômica no contexto estadual e a estagnação de alguns de seus indicadores sociais. Na análise de dados socioeconômicos de instituições de pesquisa como IBGE, FJP, PNUD e IPEA para a região, guardadas as especificidades dos municípios, Carneiro (2008, p.34) ressaltou a conformação de duas formações territoriais no contexto intra-regional: a parte

³ No Vale do Rio Doce, a estrutura econômica está concentrada em Governador Valadares e, principalmente, nos municípios de Belo Oriente, Ipatinga e Timóteo (Vale do Aço) onde se encontram as plantas industriais das empresas Celulose Nipo-Brasileira S/A (Cenibra), Usinec, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A ou Sistema Usiminas e Acesita S/A (Grupo Arcelor) cujos segmentos estão voltados, primordialmente, para o fornecimento às regiões mais industrializadas e aos grandes mercados do país. Daí, o baixo impacto do desenvolvimento intra-regional.

Centro-Norte, composta pelos municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, e a parte Centro-Sul, representada pelos municípios das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá.

A disparidade interna da Mata não é uma evidência recente. Há mais de cinquenta anos, Souza (1951, p.52-53), baseando-se nos dados de estrutura agrária e demográfica divulgados pelo recenseamento de 1940, propôs uma divisão da região, que à época abarcava o vale do Rio Doce, em duas grandes áreas. A primeira era formada pelos municípios da parte sul, no vale do rio Paraíba e seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba, cujas características eram a presença de propriedades pouco divididas (média superior a 79 hectares), área produtiva ocupada, principalmente, por pastagens (mais de 70%) e baixa densidade demográfica rural (inferior a 34 hab./km²).

Os municípios compreendidos entre a margem esquerda do rio Pomba e o alto vale do rio Doce e daí para leste até o limite com o Espírito Santo compunham a segunda área. A atividade produtiva predominante era a lavoura (mais de 40% do espaço). O tamanho médio das propriedades era inferior a 60 hectares e a densidade demográfica rural superior a 34 hab./km². Neste grupo foram identificados três conjuntos de municípios com características bastante peculiares. O primeiro, formado por Ervália, Rio Branco, Guiricema, Senador Firmino, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras, cujo tamanho médio da propriedade era inferior a 35 hectares. O segundo, pelos municípios situados na margem direita do rio Doce, Aimorés, Resplendor e Inhapim, com mais de 60% da área ocupada pelas propriedades rurais onde, além da agricultura (40% da área produtiva), sobressaía a exploração de madeiras, lenha e carvão. E o terceiro, constituído pelos municípios da margem esquerda do rio Doce, Governador Valadares e Conselheiro Pena, nos quais a área respondida pelas fazendas e sítios era inferior a 50%, caracterizando um espaço de ocupação relativamente recente.

A conformação dos tipos atuais de paisagens na Mata originou-se das diferenças nos “sistemas de utilização da terra”, nos “regimes de propriedades” e na “evolução dos meios de transporte”, para utilizar as palavras de Valverde (1958, p.38). A seguir, procuramos examinar a elevação de parte da região ao posto de área mais importante em Minas, assim como os fatores responsáveis pela estagnação regional. Posteriormente, discute-se a estrutura econômica concentrada, na qual coexistem microrregiões e municípios de destaque no nível estadual ao lado de outros com indicadores comparáveis aos das áreas mais pobres, disparidades também notáveis no âmbito da estrutura agrária.

2. Do Pioneirismo Estadual à Estagnação

No período entre 1850 e as duas primeiras décadas do século XX, a Mata possuía alguns municípios que compunham a área mais importante da província mineira. A região se tornou pioneira na industrialização em Minas Gerais, com destaque para a construção, em 1889, de uma usina hidrelétrica (Companhia Mineira de Eletricidade) e para a criação, em 1905, da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina. Dentre os fatores norteadores desse dinamismo, destaca-se a implantação de uma malha rodo-ferroviária a partir de 1836, formada pela Estrada Paraibuna, Rodovia União-Indústria (primeira grande via carroçável construída no Brasil) e, principalmente, pelas estradas de ferro Cataguases, Leopoldina e Pedro II. Ao ligarem a parte sul da Mata ao Rio de Janeiro, impulsionaram o crescimento e a acumulação da economia cafeeira naquela área.

A discussão sobre a expansão dos transportes rodoviários e, posteriormente, ferroviários, sempre esteve na pauta da política mineira. Em 1842, o Vice-Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, relatou que a seqüência das estradas entre Ouro Preto e o rio Paraibuna era de “maior utilidade”: para este traçado deveriam ser direcionados “todos os esforços (RELATÓRIO, 1842, p.7)”. Com este projeto atendia-se aos anseios da capital da província, na região da antiga mineração, e aos dos plantadores de café na parte sul da Mata⁴. Os investimentos na abertura,

⁴ Havia divergências em relação ao traçado entre Ouro Preto e o Alto do Morro, na serra de Ouro Branco. Para o Inspetor Geral da obra, em virtude da redução da distância e da grande despesa a exigir na referida serra e outras, seria “mais conveniente” segui-la por Remédios, Catas Altas da Noruega etc, portanto, passando pela borda ocidental da

ampliação e manutenção de estradas eram obras de vital importância, principalmente para o café, pois reduziam os ritmos lentos impostos pelos deslocamentos de burros cujos lombos carregavam enormes quantidades da rubiácea em caminhos com trajetos, na maioria das vezes, precários.

A construção de estradas passou a ser confiada a particulares pelo governo provincial. Por exemplo, em 1836, José Antônio da Silva Pinto, um dos plantadores mais ricos de Juiz de Fora, arrematou o alargamento do trecho entre Simão Pereira e Matias Barbosa, segmento da Estrada Paraibuna (RELATÓRIO, 1837, p. 39). Vários trechos dessa estrada, projetada pelo engenheiro Halfed, estavam concluídos na referida data. Ao contrário da parte norte da Mata, no sul, a expansão dos transportes ocorreu paralelamente à do café, recebendo boa parte dos incentivos governamentais e de particulares ligados à próspera economia. Blasenheim (1982, p.109-110) relatou que embora os graus íngremes e o traçado estreito limitassem o transporte em mulas na Estrada Paraibuna, ela teve um impacto imediato em Juiz de Fora, distante quatro dias do Rio de Janeiro, drenando boa parte da remessa de café daquele centro comercial e do interior da região.

O engenheiro Gerber, no relatório de 1859, enviado ao governo juntamente com o projeto de uma rodovia (União e Indústria) para a região, mencionou que “se alguma parte da Província de Minas Gerais” experimentava progressos visíveis em poucos anos era, por certo, a leste, compreendendo municípios como Mar de Espanha, Pomba, Ubá, São Paulo do Muriaé etc. As perspectivas futuras eram esperançosas devido à “natureza fertilíssima” da área e à localização próxima do Rio de Janeiro, onde se encontrava mercado para gêneros da produção agrária, mormente o café. Se “sob a falta absoluta de boas vias de comunicação”, tanto progresso se havia feito, seria inquestionável o alto grau a que chegaria a região, removidos tais obstáculos (CASTRO, 1987, p.138)⁵.

No ano 1861, o ramal da Estrada União e Indústria chegava à vila de Juiz de Fora, ligando-a a Petrópolis. O sul da Mata surgia como a área prioritária para os investimentos e, em pouco tempo, alcançaria a condição de espaço mais importante da província. A vila citada se tornou o principal entreposto comercial de Minas, ponto terminal de uma rodovia que não se inferiorizava a “qualquer outra do mundo” e oferecia “todas as possibilidades de transporte desejáveis às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região”, desciam “incessantemente para o Rio”, conforme relataram Agassiz e Agassiz (1975, p.58-59) em 1866. Burton (2001, p.78), ao passar pela vila em 1868, observou a presença de “grandes armazéns”, destinados principalmente ao armazenamento de café.

Parte expressiva do capital gerado no núcleo produtivo foi retido e direcionado a atividades comerciais, de infra-estrutura e financeira, especialmente nos centros urbanos de Juiz de Fora, Cataguases e Leopoldina⁶. A importância da primeira cidade como entreposto não se resumiu ao café. Também a sua polaridade não esteve restrita à região, pois ela serviu a quase toda Minas Gerais e a parte do Estado de Goiás, por sua localização e disponibilidade de ligações com a capital federal.

Na década de 1870, a expansão das ferrovias Pedro II, Leopoldina e outras na região ocorreu numa das fases mais expressivas da economia cafeeira, especialmente em relação aos preços atingidos pela rubiácea no mercado internacional. Blasenheim (1982, p.118) afirmou que das 11

parte norte da Mata, não pela Vila de Queluz como constava no projeto. Todavia, Herculano Ferreira Pena considerou “razoável e útil” que a estrada passasse por Queluz (RELATÓRIO, 1842, p.9).

⁵ Quatro anos antes, em 1855, a Câmara de Piranga se ressentia da condição “estacionária” da agricultura no município e expunha a necessidade da “abertura de várias estradas”. A Câmara de Rio Pomba destacava como mais “conveniente” para o progressivo aumento do município a implantação de um ramal da Companhia União e Indústria entre o distrito de Sapucaia (Província do Rio de Janeiro) e a vila de Piranga, passando pela vila do Pomba (RELATÓRIO, 1855, p.133 e 138).

⁶ É sabido da dependência dos produtores locais em relação ao mercado do Rio de Janeiro, mas esta não implicou na canalização completa do capital gerado pela cafeicultura, pois as condições e a estrutura da produção permitiram a formação de um excedente econômico no seu núcleo produtivo mais importante (Juiz de Fora) até por volta da segunda década do século XX, o qual desencadeou o citado processo de diversificação urbano-industrial (PIRES, 1993, p.151-219). O entusiasmo pelo progresso e pela modernização em Juiz de Fora, determinados pelo plantio e pela exportação do café, pode ser observado nas edições do jornal *Pharol*, que começou a ser publicado em 11 de setembro de 1866.

concessões de ferrovias emitidas pelo governo provincial no decênio citado, 25 foram direcionadas à Mata. Em 1875, a estrada de ferro Pedro II alcançava Juiz de Fora⁷.

No caso da Estrada de Ferro Leopoldina, pioneira em Minas Gerais, antes do término do século XIX, o seu traçado uniu quase todos os municípios cafeeiros importantes da parte sul da Mata como Juiz de Fora, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Cataguases, Rio Novo, Leopoldina etc. Após algumas décadas da implantação do primeiro ramal (1872), somente poucos municípios da parte norte como Viçosa, Ponte Nova, Rio Casca, Caratinga, Manhuaçu etc foram contemplados. Segundo Carrara (1993, p.76-77), o prolongamento só foi possível após Nominato de Souza Lima ter encontrado uma solução para os trilhos vencerem a serra de São Geraldo e devido às influências do deputado liberal eleito pela Mata central, Vaz de Melo, junto ao governo e de Cesário Alvim junto à diretoria da Leopoldina.

Qual teria sido a importância real da expansão de estradas de ferro, no caso a Leopoldina, nas últimas décadas do século XIX sobre alguns poucos municípios da parte norte da Mata cuja supremacia era de lavouras familiares, sem predominância do café em relação a outros produtos? Para Carrara (1999, p.28-29), “as ferrovias não tinham a capacidade de gerar um processo de produção novo numa área de domínio de pequenos produtores rurais”. Se alguns pequenos lavradores, em condições materiais e locais favoráveis, puderam contar com a facilidade do escoamento da produção mercantil, isto se deu enquanto a ausência de terras virgens (fechamento da fronteira agrícola) e a pulverização da unidade produtiva entre os filhos não afetaram a reprodução do seu modo de vida.

Além disso, no final do século XIX, a Estrada de Ferro Leopoldina, devido à falência, foi encampada pela companhia inglesa *Leopoldina Railway* em 1897. O café produzido pela região na esfera estadual, além de ter reduzido de dois terços para menos de um quarto, passava por uma de suas piores crises de preço. Lima (1981, p.42) ressaltou que de pouco mais de dezenove mil réis, o preço médio da arroba chegou a sete. Esta conjuntura reduziu a margem de lucro do cafeicultor e debilitou a capacidade de expansão da sua economia. O quadro era pior em relação ao pequeno produtor, com poucas ou nenhuma possibilidade de escoamento da produção. A este personagem do espaço agrário, segundo o mesmo autor, “praticamente impedido de acesso a novas terras”, restou-lhe “a triste alternativa de assistir ao gradual, mas inexorável, processo de envelhecimento de suas terras e cafeeiros”. No ano de 1939, o retrato da rede ferroviária Leopoldina, apresentado na Figura 1, evidenciava um grande vazio na parte Centro-Norte da Zona da Mata mineira, quando comparada à rede implantada no Sul da região.

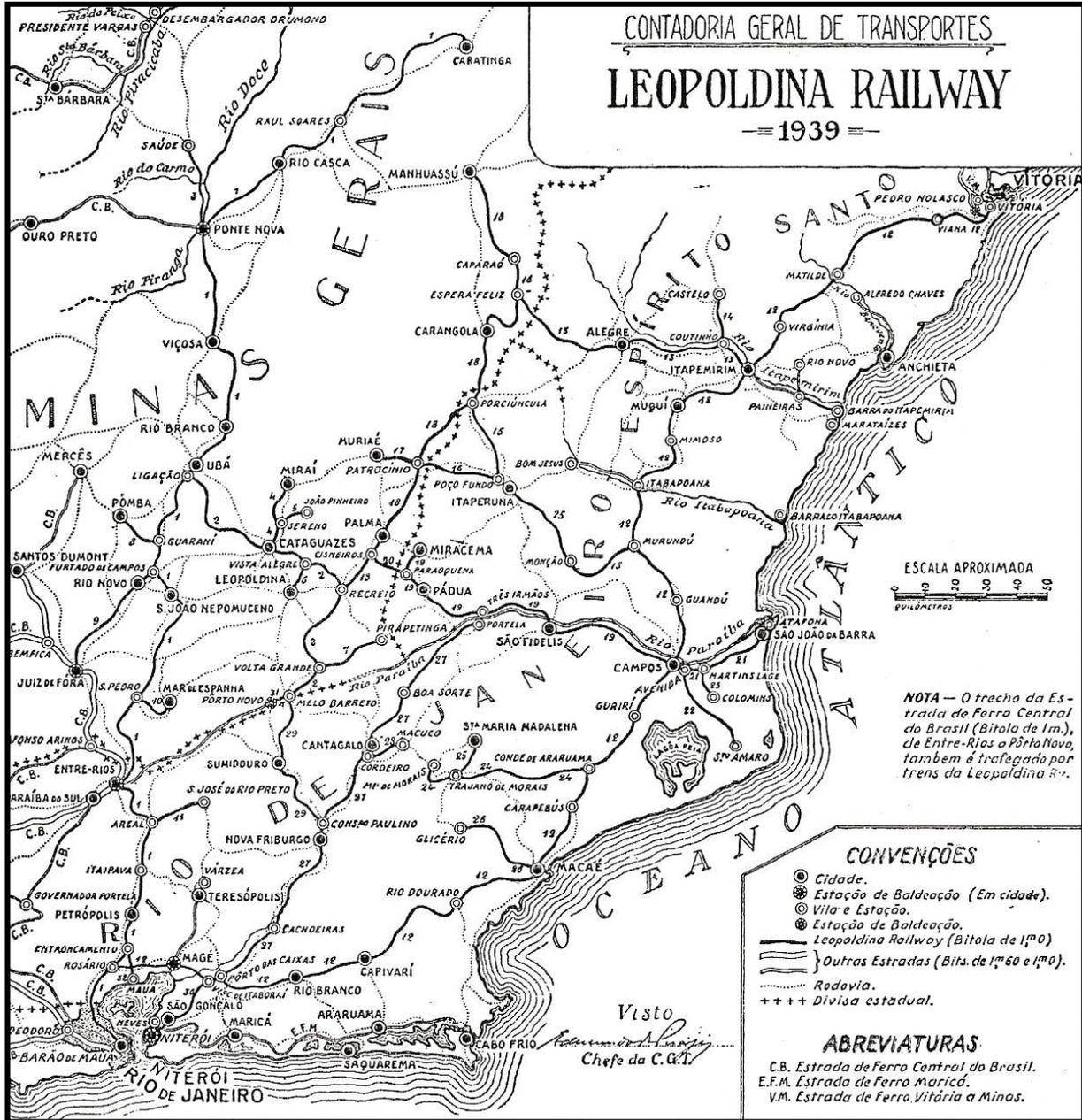
No período imperial, segundo Carrara (1999, p.27), enquanto os fazendeiros e seus representantes do sul da Mata defendiam firmemente a ferrovia como meio de transporte privilegiado para o café, os políticos da Mata central (Ubá) viam na estrada de ferro um meio a facilitar o transporte de gêneros, a aglomeração de população, a comunicação rápida de idéias, a civilização e, em última instância, o progresso. Na Figura 1 subentende-se que no jogo de forças venceu a mentalidade dos primeiros, dado que a expansão ferroviária privilegiou, quase que exclusivamente, os interesses particulares de fazendeiros influentes do café e suas localidades. As aglomerações urbanas menores, não contempladas pelos ramais, não experimentaram a chance de se desenvolver em função desse transporte. Como resultado, a integração regional da Mata não foi favorecida pela implantação ferroviária, conclusão também observada por Valverde (1985, p.64).

Já nos primórdios do desbravamento do leste de Minas, início do século XVIII, a abertura de estradas como o Caminho Novo contribuiu para a formação de uma estrutura produtiva concentrada. Ao longo do dezenove, o avanço da atividade cafeeira mercantil no sul da Mata, causa

⁷ Havia um projeto para o prolongamento da ferrovia citada ao centro de Minas, passando pelo planalto de Barbacena, comum aos vales do São Francisco, Doce e Grande. No planalto, o ramal deveria tomar uma das três direções: a) pelas nascentes do rio Piranga ou de seus afluentes penetrar no vale do rio Doce, borda noroeste da Mata; b) pelo rio das Mortes adentrar no vale do Grande; c) ou atravessar a serra das Vertentes e penetrar diretamente no vale do São Francisco pelo rio Paraopeba ou das Velhas. Os investimentos foram direcionados ao último traçado. Os trilhos da então chamada *Central do Brasil* galgaram a Mantiqueira e atingiram Barbacena em 1880 e Ouro Preto em 1888, capital da província mineira (MATOS, 1971, p.53-54).

e conseqüência da expansão do sistema de transportes rodoviários e ferroviários como a estrada do Couto (construída sob a superintendência de Francisco Leite Ribeiro, ligando suas propriedades em Mar de Espanha a Sapucaia e a Magé), a Paraibuna, a União e Indústria ou as estradas de ferro, consolidaria a estrutura espacial concentrada, engendrando espaços agrários distintos.

Figura 1 - Rede Ferroviária da Leopoldina nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo



Fonte: Silva (1940, p.417)

No centro e no norte da região, as unidades agropecuárias eram diversificadas, com destaque para o plantio do milho, arroz, feijão, algodão, fumo e café, para a criação de suínos e para a produção de derivados da cana-de-açúcar (aguardente, rapadura e açúcar). Na parte sul, as unidades tendiam para a monocultura do café, apesar da ocorrência de produção de alimentos, especialmente, nas áreas com condições topográficas e climáticas não favoráveis ao plantio da rubiácea. Essa disparidade interna tornou-se notória no recenseamento de 1872. Enquanto no norte da Mata (Piranga, Viçosa e Ponte Nova), a proporção dos cativos sobre o total da população dos municípios era, respectivamente, 13,4, 17,9 e 18,7%, no sul da região (Mar de Espanha, Juiz de Fora e Leopoldina), o percentual alcançava, respectivamente, 39,2, 37,0 e 36,4%. Os dados do censo

refletiam as diferenças na estrutura agrária, pois quanto mais distante da área monocultora (sul da Mata) e mais próximo das lavouras diversificadas (centro e norte), menor era a proporção dos escravos no conjunto da população total⁸.

É presumível que a concentração espacial dos investimentos rodoviários e ferroviários, capitaneados tanto por recursos públicos quanto privados (nacionais e internacionais), provocou impactos diferenciados na economia intra-regional, seja na formação de estruturas agrárias distintas ou no desencadeamento do surto comercial e industrial localizado no sul da Mata. Ela explica, em maior grau, as acentuadas disparidades internas da região, ao passo que a “debilidade da lavoura cafeeira”, apontada em Mercadante (1973, p.88), apesar de aceitável, não pode ser tomada como principal responsável.

Nas últimas quatro décadas, estudos como os de Silva (1973, p.107) e Alves (1993, p.67) começaram a ressaltar que a Mata estaria passando por um processo de *declínio* ou *decadência*. Se analisarmos alguns fatores, especialmente a partir do decênio de 1930, veremos que a região tem perdido importância no contexto estadual. Portanto, a suposição de *decadência* ou de *involução* provavelmente não seja adequada, pois o que tem ocorrido é um processo de estagnação⁹. Chaves (2002, p.319-320) mencionou que o melhor desempenho das regiões Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, principalmente a partir de 1970, é um dos elementos explicativos para a redução da importância da Mata nas estatísticas globais.

Em termos históricos, é necessário enfatizar a própria crise da economia cafeeira na região, advinda da queda de produtividade da rubiácea e, principalmente, do surgimento de novas áreas mais produtivas no estado e no país¹⁰. Nos anos de 1880, a fronteira do café atingiu as partes sul da província de Minas e a ocidental da de São Paulo. Além da concorrência com a produção paulista, a Mata começou a perder importância relativa para o sul da província mineira que, à época, também experimentava o surto ferroviário. Silviano Brandão, na posição de Senador do Estado e Secretário do Interior, cuidou para que a sua região de origem adquirisse parte principal dos recursos estaduais para construção de vias férreas. Francisco Sales, seu sucessor e também um sulista, continuou a política depois de 1902¹¹.

O fim da escravidão em 1888 parece não ter sido tão relevante como alguns autores advogam, pois a transição para o trabalho livre na Zona da Mata se fez sem grandes choques. Blasenheim (1982, p.67-68) ressaltou que as consequências foram mais políticas do que econômicas e a crise da escravidão não teria passado de um “sopro psicológico”. Transcrevemos a seguir, um trecho do pronunciamento, em 1888, do Presidente da Província de Minas, Luiz Eugênio Horta Barbosa, acerca da questão. Ele reafirma o que salientamos anteriormente.

A solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública: e se durante os primeiros tempos o trabalho recebe alguma perturbação, não é esta tão grave que deva influir no geral contentamento e inspirar-nos excessivo receio de temerosa crise. A introdução do braço europeu e o bom aproveitamento dos trabalhadores nacionais, livres ou recém libertos,

⁸ DIRETORIA GERAL de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger; Tipografia Comercial, 1876.

⁹ A melhoria dos índices de alguns dos municípios mais pobres, ocorrida no período de 1970-1991 e 1991-2000, não foi suficiente, entretanto, para que eles apresentassem mudanças positivas em suas respectivas posições relativas. Por exemplo, em 1970, segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, da FJP e IPEA (1998), o Índice de Desenvolvimento Humano de Piranga, na microrregião de Viçosa, era 0,348, ocupando no *ranking* estadual a posição 444 e no nacional a 2.032. Em 1991, o IDH subiu para 0,458, mas a posição ocupada no *ranking* estadual caiu para 630 e no nacional para 2.989. Em 2000, segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003), o IDH alcançou o valor de 0,661, mas houve uma retração na posição ocupada no *ranking* estadual para 707 e no nacional para 3.594. Note-se que, em 2000, o Estado de Minas Gerais possuía 853 municípios e o Brasil 5.507.

¹⁰ No início do século XX, a produção média do cafeeiro na Mata era de 450 kg por mil pés. Em contrapartida, nos Estados de São Paulo e Paraná, os valores eram, respectivamente, 800 e 1.000 kg por mil pés (BDMG, 2000, p.73).

¹¹ Entre 1890 e 1906, a malha ferroviária sulista saltou de 246 para 923 quilômetros, enquanto a matense cresceu 86 quilômetros (BLASENHEIM, 1982, p.153).

cooperando com as riquezas naturais e pujantes forças produtivas do solo pátrio, bem cedo farão desaparecer o abalo transitório (RELATÓRIO, 1888, p.51).

Os fatores que amenizaram o choque da passagem podem ser encontrados em Lanna (1988, p. 74). Segundo esta autora, a colonização antiga, o fechamento da fronteira agrícola e o grande contingente populacional em Minas possibilitaram o aproveitamento da população internamente disponível por meio da parceria, do assalariamento temporário e do colonato. A cafeicultura mineira enfrentava outros problemas como a baixa produtividade, a escassez de capitais e os altos custos dos transportes. A parceria, ao reduzir os gastos monetários, tornou-se a relação de trabalho mais adequada para aquela realidade¹².

O impacto econômico maior veio ao longo das primeiras décadas do século XX e, principalmente, a partir de 1930. Primeiro, com o colapso internacional do padrão de acumulação vinculado à dinâmica do setor agroexportador cafeeiro, carro chefe da economia nacional. Segundo, em função da reorientação das políticas governamentais de estímulo ao setor secundário, com incentivos às indústrias de bens de capital. Nesta época, em termos de importância econômica, a Mata se orientava, principalmente, pela indústria de bens de consumo (têxtil, alimentos e bebidas) e pelo cultivo do café que perdia espaço para a expansão da pecuária extensiva. Esta atividade, além de empregar pouca mão-de-obra, transformava a antiga paisagem rural cafeeira em grandes extensões de pastagens que avançavam, inclusive, sobre as poucas áreas de matas existentes.

No plano estadual, a construção de Belo Horizonte a partir do final do século XIX promoveu uma redução da capacidade de investimentos do Estado em outras regiões, penalizando a Mata mineira que naquela época era responsável por importante contribuição fiscal (BDMG, 2000, p.19). Ao longo da primeira metade do século XX, a política mineira passou a direcionar, em consonância com o projeto federal, investimentos industriais a uma região específica, a Metalúrgica, e a alguns centros urbanos como Belo Horizonte e suas cidades satélites onde, além das funções política e administrativa, aquela cidade começava a desempenhar a função de pólo articulador das diversas regiões mineiras¹³. Deve-se mencionar ainda que, num segundo momento, parte dos investimentos foram direcionados ao Vale do Aço, através da indústria de base (siderurgia)¹⁴.

Outro fator relevante na explicação da perda de importância econômica da Mata no âmbito estadual é o reordenamento do espaço econômico nacional. A partir da década de 1950, a expansão da agropecuária esteve atrelada, principalmente, ao desenvolvimento de políticas públicas por meio de investimentos em infra-estrutura, assistência técnica, concessões de crédito de custeio e comercialização etc. Este componente técnico-científico modernizante foi distribuído de forma bastante desigual em Minas Gerais, direcionado apenas às regiões cujas características ambientais eram compatíveis com o pacote tecnológico divulgado pela “Revolução Verde”. Carneiro *et al.* (2005, p.493-496) relataram que no contexto do deslocamento da fronteira agrícola para o oeste do país, apenas as regiões mineiras do Triângulo/Alto Paranaíba e do Noroeste, localizadas nas áreas do cerrado, passaram a se beneficiar dos incentivos para expansão de uma agricultura moderna.

O espaço do cerrado mineiro, articulado com a política de modernização da agricultura nacional, com áreas extensas e topografia favorável à mecanização e à utilização intensiva de capital, surgiu como alternativa para expansão da produção de cereais e grãos e da pecuária de

¹² Prates (1906, p.132-133) *apud* Valverde (1958, p.34) também registrou que na cultura do café adotava-se “o sistema de meação”. Apesar do direito do colono (meeiro) ao cultivo de cereais no meio dos cafezais, tal sistema favoreceu, em maior grau, o fazendeiro que dispusesse de reservas e crédito, especialmente nos momentos de dificuldades da produção. Já o roceiro e sua família ficavam na dependência de adiantamentos entregues pelo fazendeiro, em espécie e a preços que excediam os valores estabelecidos no mercado.

¹³ Em 1920, a Zona da Mata ainda era a região mais importante do Estado quando sua participação no valor da produção industrial alcançou 36%, em grande parte, sob a responsabilidade de Juiz de Fora. Em 1947, essa participação reduziu para 20%, ao passo que a da Zona Metalúrgica cresceu de 32 para 45% (BDMG, 2000, p. 20).

¹⁴ Apesar dos investimentos localizados, a Minas Gerais foi reservado um espaço periférico na industrialização brasileira, complementar e dependente em relação ao principal eixo econômico do país, pois as possibilidades se resumiram aos setores da mineração e siderurgia. O próprio estado perderia importância no âmbito da competição com os parques industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

corde, sinalizando a possibilidade de crescimento de diversos segmentos verticalizados da economia nacional. Os solos ácidos e tóxicos foram corrigidos com a introdução de inovações químicas e biológicas. Vários planos de dotação de infra-estrutura, de concessão de incentivos fiscais e financeiros no bojo do Sistema Nacional de Crédito Rural, além de programas no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Prodecer (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados), o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados) e o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) foram criados para viabilizar a expansão agrícola. A integração setorial entre agricultura e indústria promoveu a industrialização da agricultura e a agroindustrialização, formando os grandes complexos agroindustriais, responsáveis pelo comando da economia regional.

Os investimentos estatais e federais, ao privilegiarem os grandes produtores e os cultivos para exportação das regiões citadas (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas) e do cerrado em geral, contribuíram para promover uma acentuada diferenciação tecnológica entre culturas dinâmicas e as destinadas ao consumo popular. Isto teve um efeito desagregador sobre a produção de pequenos e médios agricultores de regiões com atividade voltada, primordialmente, para o mercado interno, como era o caso da Zona da Mata. Entre as safras de 1990/91 e 2002/03, no quesito produção, o arroz e o feijão tiveram aumento, respectivamente, de 4 e 16%, enquanto a soja de 238%. No âmbito da produtividade, os dois primeiros tiveram acréscimos de 38 e 47%, respectivamente, ao passo que a soja atingiu 78%. Por fim, a área plantada das culturas de arroz e feijão reduziu, respectivamente, 25 e 21%, enquanto a da soja cresceu 90%¹⁵.

A concentração do uso de tecnologias aplicadas contribui para explicar esse fosso. Nas microrregiões de Minas Gerais, o *Censo Agropecuário* de 1995/96 mostrou que práticas tecnológicas como assistência técnica, conservação de solos, controle de pragas e doenças, máquinas e energia elétrica se concentram, em grande parte, nas áreas com cultivos agrícolas mais “dinâmicos”, ou seja, naquelas que no bojo das políticas públicas estaduais e nacionais receberam a maioria dos incentivos fiscais e financeiros. Segundo Carneiro *et al.* (2005, p.504), este quadro indica que sob a ótica das políticas agrícolas, o maior desafio para promoção de um desenvolvimento socioespacial menos desigual no espaço rural mineiro passa pelo fortalecimento das regiões que ficaram fora do eixo de modernização agrícola¹⁶.

As regiões do cerrado mineiro foram também beneficiadas com a construção de Brasília a partir da década de 1950, para abrigar a nova capital federal, e com a desconcentração industrial e populacional do Sudeste nos anos de 1970, que alcançou, inclusive, alguns espaços do Sul/Sudoeste de Minas. Após a duplicação da Fernão Dias, a última região tem sido escolhida para a implantação de novos projetos industriais na área de tecnologia de ponta. Além da grande importância da sua produção agropecuária, especialmente o café, ela caminha para se tornar um dos grandes pólos tecnológicos do estado. Já o crescimento do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas é proporcional ainda à sua condição geográfica de ponto de conexão entre São Paulo e Belo Horizonte com o interior do território Nacional. A grande importância atual do setor atacadista em Uberlândia, onde se destacam a Martins, Peixoto e Arcon, revela que a sua localização se tornou ideal para o escoamento da produção até mesmo nacional.

No início dos anos de 1980, a estratégia governamental passou a contemplar algumas regiões estagnadas, e a Zona da Mata era uma área prioritária frente à sua perda na participação econômica estadual. Além da estagnação, ela enfrentava outros problemas. Cesal e Bandeira (1971, p.3) relataram que, em 1967, 80% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares detinham apenas

¹⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Série histórica da área plantada, da produtividade e da produção entre as safras de 1990/91 a 2002/03**. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

¹⁶ Notadamente, a Zona da Mata é uma delas, dada a sua característica principal, grande importância da agropecuária de pequeno porte majoritariamente familiar (área inferior a 100 hectares). Segundo o *Censo Agropecuário* de 1995/96, depois do Sul/Sudoeste de Minas (88.133 estabelecimentos), ela apresenta o maior número de estabelecimentos segundo a dimensão citada. Foram contabilizados 66.589 imóveis rurais que representavam 91,9% do total regional e 13,4% do estadual.

28% da área, evidenciando não somente uma elevada concentração fundiária, mas um acentuado processo de “atomização” da propriedade¹⁷. Estudos temáticos como os de Pita (1982, p.93) enfatizavam a necessidade de uma reorganização fundiária para superar o quadro de estagnação da agricultura. Nesse contexto, a região foi contemplada com o Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA). A Fundação Ruralminas (1978, p.11-12) ressaltou que o projeto tinha como objetivo “criar condições técnicas e financeiras para que a exploração dos minifúndios” elevasse a renda agrária, comprometida, sobretudo, pela política de erradicação dos cafezais entre 1962/67¹⁸.

A avaliação do PRODEMATA foi efetuada através de vários estudos temáticos, a cargo do Departamento de Economia Rural da UFV. Dos consultados, todos ressaltaram a falta de resultados expressivos para a região ou a contribuição “modesta” do projeto. Pita (1982, p.93) e Universidade Federal de Viçosa (1987, p.70) relataram que não ocorreram aumentos significativos nas condições sócio-econômicas dos pequenos produtores, na ocupação da mão-de-obra, na produção, na área cultivada e nos índices de produtividade. O principal entrave à consecução dos objetivos propostos foi a forte restrição ao uso de crédito rural, especialmente pelos proprietários e parceiros com até 10 hectares, conforme igualmente apontam vários outros trabalhos.

A região carece de políticas públicas abrangentes para mudar a sua situação de inserção periférica no contexto dos projetos de desenvolvimento estadual e nacional desde a década de 1930, de forma a reduzir a conjuntura de extrema disparidade interna mostrada a seguir.

3. A Estrutura Sócio-Econômica Desigual

A idéia de uma Zona da Mata com forte homogeneidade interna não corresponde à sua realidade atual. Essa evidência indica que é preciso ter cuidado ao elaborar planos de intervenção que se apoiem em discursos defensores da forte identidade interna. Carneiro (2008, p.48) mostrou que a própria formação da região não seguiu um processo social e histórico uniforme. A análise de variáveis econômicas da Zona da Mata, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB), pode causar algumas surpresas, dado que esta é uma região estagnada. Mas, desagregando os valores em termos microrregionais e, principalmente, municipais constatamos a expressiva predominância dos municípios pólos em relação aos demais.

A microrregião de Juiz de Fora concentra a maior parte da atividade econômica. Os acentuados índices de urbanização da população e a diversificação urbano-industrial são as principais características que a diferem da região. Na participação do PIB regional em 2000, segundo dados da FJP (2003), ela respondeu por 42%, com destaque para o município de mesmo nome (32%) que reúne importantes empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços. Na composição da renda microrregional juizforana, destacam-se os setores industrial e de serviços com 52 e 45% do PIB respectivamente¹⁹.

¹⁷ O Relatório do Instituto Brasileiro do Café (IBC, 1967, p.139) também chamou atenção para a fragmentação dos estabelecimentos agropecuários na Mata, especialmente daqueles com dimensão inferior a 10 hectares.

¹⁸ No período citado, o programa de erradicação atingiu 26 milhões de pés de café (43% do total da região). Isto provocou um acentuado impacto sobre a dinâmica demográfica regional. Utilizando-se de dados do IBGE, apresentados em Universidade Federal de Viçosa (1971, p.104) e Paiva (1995, p.139-140), enquanto entre 1950 e 1960 todas as microrregiões da Mata tiveram aumento de sua população, com um valor global da ordem de 20%, no intervalo de 1960 a 1970, as microrregiões de Ponte Nova, Viçosa, Muriaé e Manhuaçu, mais afetadas pela erradicação, tiveram sua população reduzida em 8%. É interessante apontar que alguns municípios das microrregiões citadas tiveram incremento populacional (16 de um total de 67) e estão representados, majoritariamente, pelos pólos microrregionais, que absorveram 81% do aumento total. Resguardados outros fatores que influíram sobre este processo, como o crescimento vegetativo, isto sinaliza que, provavelmente, os níveis de emprego e rendimento proporcionados pela atividade cafeeira não foram atingidos com a diversificação econômica, o que desencadeou um acentuado fluxo de migrantes, especialmente para as zonas urbanas.

¹⁹ O parque é diversificado, caracterizado pelos ramos automotivo, siderúrgico, metalúrgico, têxtil e vestuário, químico, eletroeletrônico, alimentar (laticínios) etc. Algumas empresas merecem destaque como a Mercedes Benz, a Belgo Mineira Participações S.A., a White Martins, as Companhias Têxtil Ferreira Guimarães e Paraibuna de Metais, os

No percentual do PIB regional, a microrregião de Ubá aparece em segundo plano, com 12%. O setor industrial é também o mais importante e respondeu por 49% da renda microrregional em 2000²⁰. No município de Visconde do Rio Branco se localizam as sedes das indústrias Tropical (sucos Tial) e Pif-Paf Alimentos. O setor agropecuário, representando 8% do PIB, possui atividades como o cultivo de cana-de-açúcar, a produção de fumo, tomate e frutas e a avicultura integrada.

As microrregiões de Muriaé e Cataguases apresentaram participação idêntica no PIB regional em 2000, equivalente a 11%. Na primeira, ressalta-se a importância do setor de confecções e da produção de café. Na segunda, sobressaem os ramos têxtil, alimentar, químico, papel, papelão e de energia elétrica, com destaque para a Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina que fornece eletricidade para mais de 45% dos municípios da Mata. Somadas as microrregiões de Muriaé, Cataguases, Juiz de Fora e Ubá, elas responderam por quase 76% do PIB regional e por 85% do PIB industrial em 2000. Em contrapartida, as microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu e Viçosa representaram apenas 24% do PIB regional e 15% do industrial²¹.

Na parte Centro-Norte da Zona da Mata, as microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu apresentam elevadas taxas de analfabetismo, especialmente da população com mais de 25 anos, e baixos índices de renda *per capita*. Na composição do PIB predomina o setor terciário, mas a atividade produtiva está ligada, fundamentalmente, ao setor primário, no qual se destacam a criação de aves, a pecuária leiteira e o plantio de café, milho, feijão e eucalipto. Daí decorre uma das principais características dessas microrregiões: o baixo grau de urbanização da população no âmbito regional. Os valores percentuais estão destacados na Figura 2.

Mais da metade (54%) dos municípios componentes das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé possuía o quantitativo da população rural superior ao da urbana em 2000. Dos 78 municípios integrantes dessas microrregiões, 51 detinham mais de 50% da sua população economicamente ativa ocupada no setor primário. Excetuando-se a de Muriaé, as taxas de moradores por domicílio rural (acima de 4,0) se assemelham às das microrregiões mineiras com os maiores percentuais (entre 4,0 e 4,9).

A microrregião de Ponte Nova, cuja história está atrelada à produção de cana-de-açúcar, atualmente orienta-se pela atividade de suinocultura, detendo posição privilegiada no *ranking* estadual. Merece destaque o Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A. (FRIVAP), da marca *Saudali*, que realiza o abate, corte, fabricação e comercialização de embutidos de carne suína. Na microrregião de Manhuaçu, a estrutura produtiva agropecuária está concentrada no plantio de café.

A produção de milho, feijão e café, além da avicultura e da suinocultura, são os principais ramos nos municípios da microrregião de Viçosa. O objetivo da produção, com poucas exceções, é o atendimento ao consumo familiar e ao mercado local. Em termos de rendimento econômico, a atividade de prestação de serviços, com 64% do PIB microrregional em 2000, é a mais importante, destacando-se a Universidade Federal de Viçosa, responsável pela absorção de parcela relevante do funcionalismo público. O pólo microrregional (Viçosa) parece não ter contribuído para gerar mudanças estruturais em seu espaço de influência (19 municipalidades), pois os municípios desta área concentram os piores indicadores socioeconômicos regionais. No *ranking* estadual do IDH em 2000, segundo dados apresentados pelo PNUD, IPEA e FJP (2003), excetuando-se Viçosa (25°),

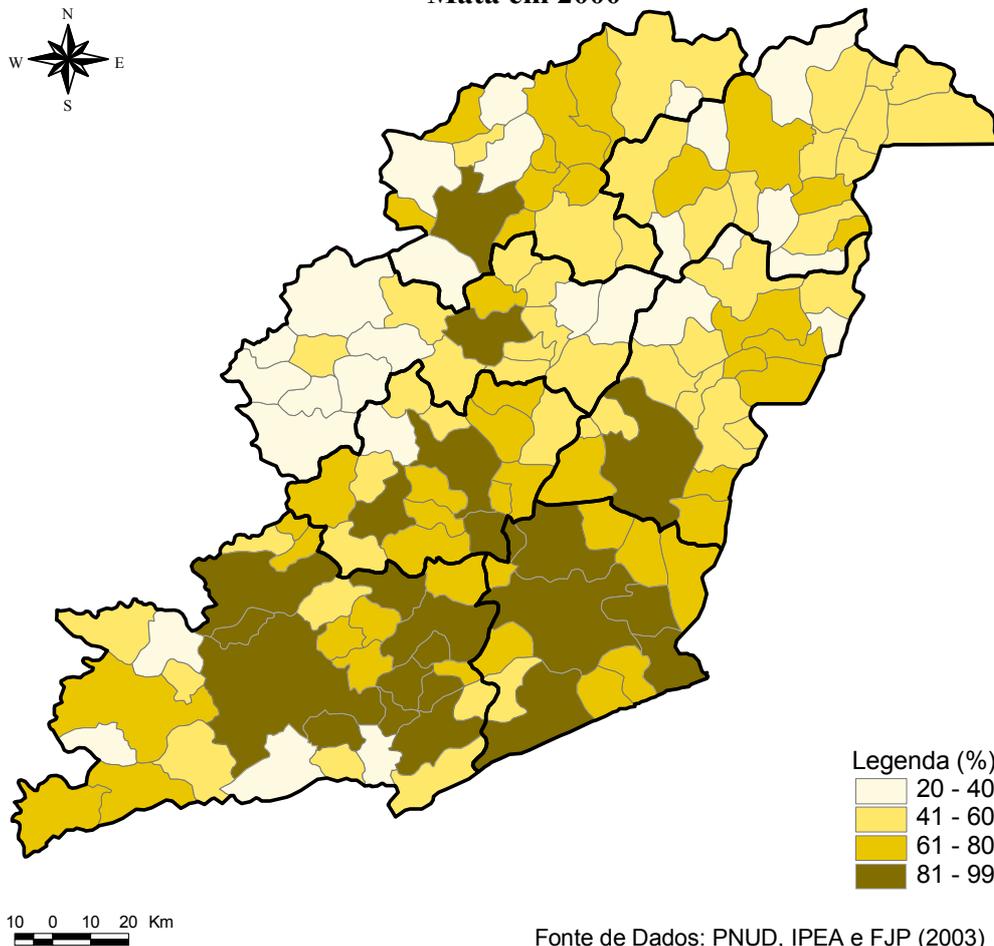
Laticínios Cândido Tostes, a Módulo Metais, a Quiral Química do Brasil S.A., entre outras. O PIB agropecuário, equivalente a 3% do total, é dado, basicamente, pela pecuária de corte e leiteira.

²⁰ A importância recai, diretamente, sobre o Arranjo Produtivo Local das Indústrias de Móveis (quarto pólo moveleiro do Brasil), formado pelos municípios de Ubá, Guidoval, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Segundo o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá (Intersind, 2005), no ano de 2004 predominavam nesses municípios cerca de 370 empresas do setor, de pequeno e médio porte, com destaque para a Itatiaia Móveis (grande porte), que comercializam móveis de madeira, aço, tubulares e estofados no Brasil e, recentemente, no exterior (África, América do Sul, do Norte e Central).

²¹ Em termos socioeconômicos, a microrregião de Muriaé é a que dispõe do maior número de municípios com características semelhantes aos das duas formações territoriais da Mata (Centro-Norte e Centro-Sul). Os seus municípios próximos às microrregiões de Viçosa e Manhuaçu exibem aspectos semelhantes aos das mesmas. A situação é parecida para os seus municípios que se localizam nas imediações das microrregiões de Ubá e Cataguases.

Coimbra (240°), São Miguel do Anta (470°) e Teixeiras (490°), a melhor classificação foi a de Brás Pires (520° lugar).

Figura 2 – Grau de Urbanização da População (Urbana / Total) nos Municípios da Zona da Mata em 2000



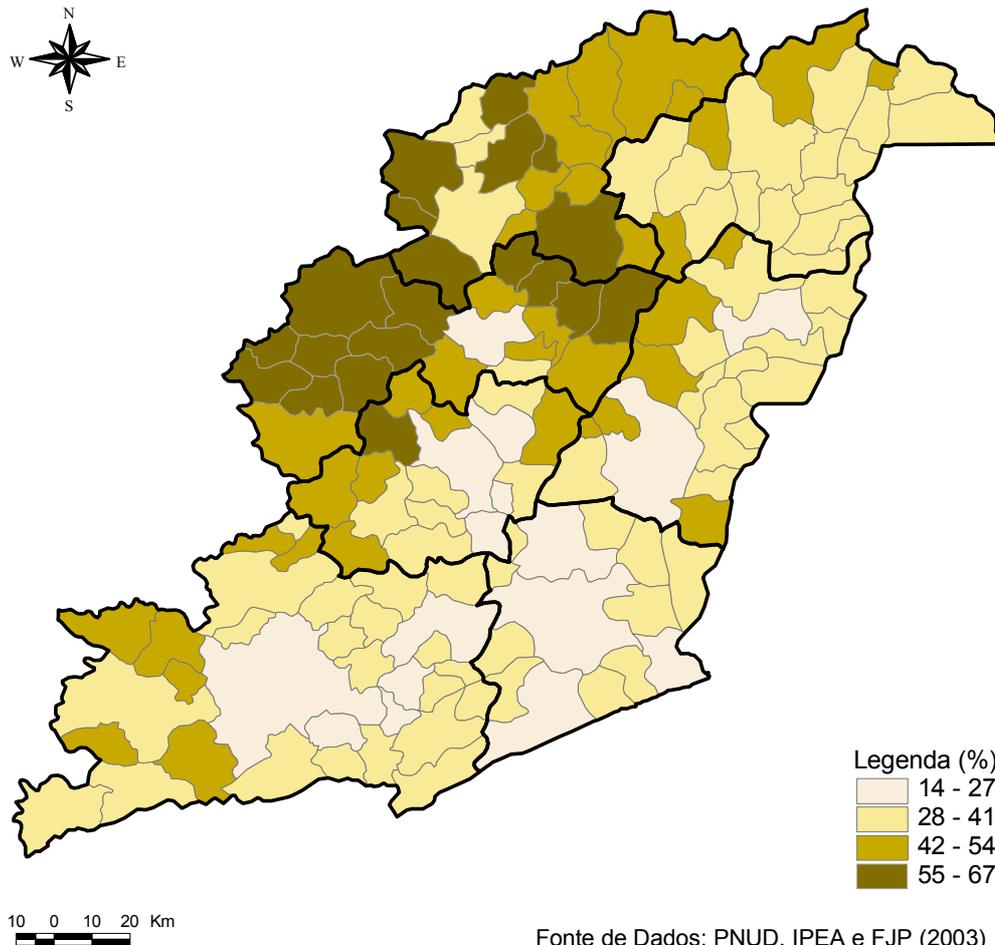
O percentual de pessoas com rendimentos mensais inferiores à linha de pobreza no ano de 2000, ou seja, abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (R\$ 75,50), está representado na Figura 3²². A insuficiência de rendimentos era extremamente elevada em dezenove municípios das microrregiões de Viçosa e Ponte Nova, com 55 a 67% da população pobre. Nos municípios da parte Centro-Sul, a pobreza também se manifesta, porém em menor grau. No intervalo citado havia apenas um município (Dores do Turvo), localizado na microrregião de Ubá. Todavia, no grupo com 42 a 54% da população pobre destacaram-se treze unidades administrativas, distribuídas entre as microrregiões de Juiz de Fora e Ubá.

O quadro supracitado é agravante se levarmos em conta a evolução do Índice de Gini entre 1991 e 2000 e o comportamento da renda municipal no contexto estadual entre 1985 e 2000²³. No primeiro caso, dos 142 municípios componentes da Zona da Mata, 17 não apresentaram variações no período citado. Por outro lado, 67 exibiram reduções, mas apenas 28% são integrantes das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu, enquanto 58% são representantes das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá. No primeiro grupo das microrregiões mencionadas se concentra a maior parte dos municípios que apresentaram aumentos no índice, 62% contra 24% no segundo grupo.

²² O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003), adota a linha de pobreza como sendo inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

²³ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar *per capita*. Numericamente, o seu valor varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a discrepância entre os mais pobres e os mais ricos.

Figura 3 – Porcentagem de Pessoas Pobres nos Municípios da Zona da Mata, 2000



O comportamento da renda dos municípios da Mata em relação ao plano estadual entre 1985 e 2000 foi analisado por Fontes, Carneiro e Santolin (2005, p.17) por meio de testes estatísticos. Eles ressaltaram a ocorrência de convergência de renda entre os municípios da região no período estudado. Todavia, segundo os autores, a convergência se deu de forma condicional, ou seja, atingiu seletivamente algumas unidades administrativas. Os municípios continuaram concentrados, em sua maioria, nos estratos de renda *per capita* pobre (entre 40 e 80% da renda média estadual) e média (entre 80 e 120% da média estadual). Em 1985, os classificados nesses dois estratos eram 78%, em 2000, 86%. O reagrupamento decorreu, em grande parte, de uma mudança de municípios do estrado muito pobre (abaixo de 40% da média estadual) para pobre. À redução da participação do estrato muito pobre no período, que poderia sinalizar uma tendência de arrefecimento da desigualdade de renda entre os municípios, houve dispersão do estrato muito rico (acima de 160% da média estadual), logo, um movimento divergente em relação aos demais.

O desempenho econômico da renda regional e sua situação atual não são nada alentadoras. Municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e, em menor grau, os das microrregiões de Muriaé e Ubá parecem estar em processo de inércia em relação à renda média estadual, o que os coloca também numa situação desfavorável no conjunto regional. Em contrapartida, uma parcela inexpressiva de municípios isolados nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, com um comportamento de renda superior à média estadual, estão inseridos num movimento divergente em relação à região. A persistência dessa tendência leva a crer que as municipalidades mais pobres deverão manter o atraso relativo ao longo do tempo em relação aos municípios mais ricos, um entrave considerável à superação da estagnação intra-regional na Mata.

4. A Estrutura Agrária Distinta

As estruturas agrárias atuais da Zona da Mata nos fornecem importantes evidências que levam à suposição de uma formação territorial diferenciada da região. Marcada pela coexistência do binômio grande-pequena propriedade, desde os primórdios do desbravamento da área, o grande estabelecimento, nascido das posses e das concessões de sesmarias, imprime sua marca. Não foram raros os casos de arraiais surgidos em função da instalação de fazendeiros influentes, os quais doaram o patrimônio à construção de capelas e, até hoje, “emprestam” o seu título a praças, ruas, escolas etc. O pequeno estabelecimento também nasce nesse contexto, mas fadado, com o passar do tempo, a se tornar incapaz de garantir a reprodução social do agricultor familiar, seja pelo seu papel periférico nas concessões, pela exigüidade dos recursos, pelo esgotamento da fronteira agrícola, pela fragmentação da terra etc.

No estudo do espaço agrário atual, alguns conceitos básicos como os de *minifúndio*, *propriedade familiar*, *latifúndio* etc exigem esclarecimentos para evitar classificações generalistas. Até por volta do final da década de 1970, a unidade básica de medida para a classificação dos estabelecimentos rurais quanto à dimensão foi o *módulo rural*, calculado para cada imóvel rural em separado e com área fixada nos termos da propriedade familiar. A Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, mudou a unidade para *módulo fiscal*. Expresso em hectares e com valor definido para cada municipalidade, o cálculo do módulo fiscal contempla as características naturais, agrícolas e socioeconômicas dos municípios, levando-se em conta: a) o tipo de exploração predominante; b) a renda obtida com a exploração preponderante; c) outras explorações existentes que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; d) e o conceito de propriedade familiar do Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964²⁴.

Originalmente, o conceito de *propriedade familiar* pode se encontrado no Estatuto da Terra. Ela consiste num imóvel rural direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família ou eventualmente pela ajuda de terceiros, o qual deve garantir-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Os conceitos de *minifúndio* e *latifúndio*, também explícitos no Estatuto, foram reformulados pelo Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. O primeiro corresponde ao imóvel rural com dimensão inferior a um módulo fiscal. O segundo, por sua vez, ao imóvel com dimensão superior a seiscentas vezes o módulo fiscal e também congrega os estabelecimentos que, não excedendo o limite referido e tendo área igual ou superior a um módulo fiscal, são mantidos inexplorados, com fins especulativos ou subexplorados²⁵.

Nos municípios da Zona da Mata, o módulo fiscal varia de 22 a 30 hectares²⁶. Calculando a média regional temos 26 hectares. Considerando este valor médio e cruzando-o com o Decreto n. 84.685/80 e com a Lei n. 8.629/93, que classificam as categorias de propriedade conforme o módulo fiscal, podemos rotular os estabelecimentos da Mata quanto à sua dimensão²⁷. Minifúndios são todos aqueles com extensão menor do que 26 hectares. Pequenas propriedades são consideradas

²⁴ BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 31 novembro 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006. BRASIL. Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei n. 4.504, de 30 de Novembro de 1964 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 11 dezembro 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

²⁵ BRASIL. Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. Regulamenta a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do ITR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 7 maio 1980. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006. No estudo do espaço agrário regional atual, evitaremos a adoção do termo *latifúndio*, em virtude de não podermos dimensionar a sua segunda característica: área inexplorada ou sub-explorada.

²⁶ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Indicadores Básicos do INCRA, Brasil – Municípios (2005)**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2006.

²⁷ BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 26 fevereiro 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

as com dimensão entre 26 e 104 hectares. Médias propriedades são as com extensão entre 104 e 390 hectares. E grandes propriedades são as que excedem 390 hectares²⁸. Agora, pode-se traçar uma caracterização do espaço agrário regional.

A expansão de atividades econômicas na Zona da Mata no período colonial promoveu a formação de duas paisagens rurais, distintas na estrutura agrária e na forma de articulação com o mercado. Quando se analisam as características do espaço agrário recente, a primeira evidência perceptível é a existência de vestígios advindos da apropriação histórica diversa. Dois processos, aparentemente diferentes, mas complementares, sobressaem: o de concentração e o de fragmentação da terra. O primeiro pode ser notado, especialmente, em municípios das microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, ao passo que o segundo sobressai em municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Ubá e Muriaé.

A concentração fundiária pode ser analisada nas Figuras 4 e 5 que trazem, respectivamente, a porcentagem dos estabelecimentos com dimensão superior a 100 hectares, ou seja, médias e grandes propriedades, e o percentual da sua área ocupada nos municípios da Zona da Mata em 1995/96. Os dados do último *censo agropecuário* indicam que os grandes e médios estabelecimentos predominam nas microrregiões de Cataguases e Juiz de Fora. Na primeira, 64% dos municípios possuíam mais de metade da área total ocupada pelos imóveis referidos. Na segunda, os níveis de concentração eram maiores, pois a proporção alcançava 74%²⁹. Na microrregião de Ponte Nova, a concentração da terra também é acentuada, dado que 53% dos municípios exibiram mais de metade da sua área ocupada pelos grandes e médios estabelecimentos, com destaque para Rio Casca (81,5%) e Urucânia (74,7%). No conjunto dos imóveis rurais, as duas categorias de propriedades mencionadas representavam parcela incipiente. Por exemplo, em São Pedro dos Ferros elas não passavam de 15,6%, no entanto, monopolizavam 75,3% da superfície municipal³⁰.

A suposição de que o impacto da concentração fundiária poderá ser tanto maior quanto menor for o grau de urbanização da população é plausível. Confirmada essa hipótese, asseguraríamos que o quadro oferece maiores problemas aos municípios da microrregião de Ponte Nova, pois apresentam a combinação de má distribuição da terra e taxas expressivas de população residente no espaço rural. Entretanto, vale salientar que nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, a despeito do elevado grau de urbanização em vários municípios, há também os que possuem percentuais significativos de sua população domiciliada no espaço rural, assinalado, como já vimos, pelo predomínio das médias e grandes propriedades³¹.

²⁸ A apresentação dos dados de estrutura agrária do *Censo Agropecuário* de 1995/96 para a Zona da Mata foi efetuada com base no recorte municipal existente em 1996: 129 municípios. Entre 1993 e 1996 foram criadas 13 novas unidades político-administrativas, porém instaladas somente em 1º de janeiro de 1997. Isto não interfere no cálculo do valor médio do módulo fiscal regional, pois todos os municípios novos possuem o mesmo valor dos de proveniência. Em termos da classificação dos estabelecimentos quanto à dimensão, há um pequeno problema para a sua operacionalização, pois o censo não traz, precisamente, os valores dimensionais que estabelecemos para cada grupo. Em virtude disso, adotaremos os grupos mais próximos divulgados pelo censo. Consideraremos minifúndios os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, pequenas propriedades, as com dimensão entre 20 e 100 hectares, e médias e grandes propriedades aquelas com área superior a 100 hectares.

²⁹ Na microrregião de Juiz de Fora, os médios e grandes estabelecimentos ocupavam elevados percentuais da área municipal como em Belmiro Braga (88,5% do total), Coronel Pacheco (86,5%), Santana do Deserto (86,3%), Volta Grande (83,7%), Matias Barbosa (80,1%), Além Paraíba (78,2%), Simão Pereira (75,1%), Chiador (74,4%) etc.

³⁰ A situação descrita também ocorre em outros municípios, não vinculados à microrregião de Ponte Nova, como Dona Euzébia (os médios e grandes estabelecimentos, 4,8%, monopolizavam 48,8% da área), Santana de Cataguases (6,5% ocupando 50,1% da área), Guiricema (2% com 32,8% da área), Pedra Dourada (4,4% detendo 45,5% da área) etc.

³¹ É o caso, por exemplo, de Belmiro Braga, Santana do Deserto, Chiador, Simão Pereira e Coronel Pacheco cujos graus percentuais de urbanização (população urbana/total) no ano de 2000 eram, respectivamente, 27,7, 32,5, 47,7, 53,8 e 62,1%.

Figura 4 - Porcentagem dos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96

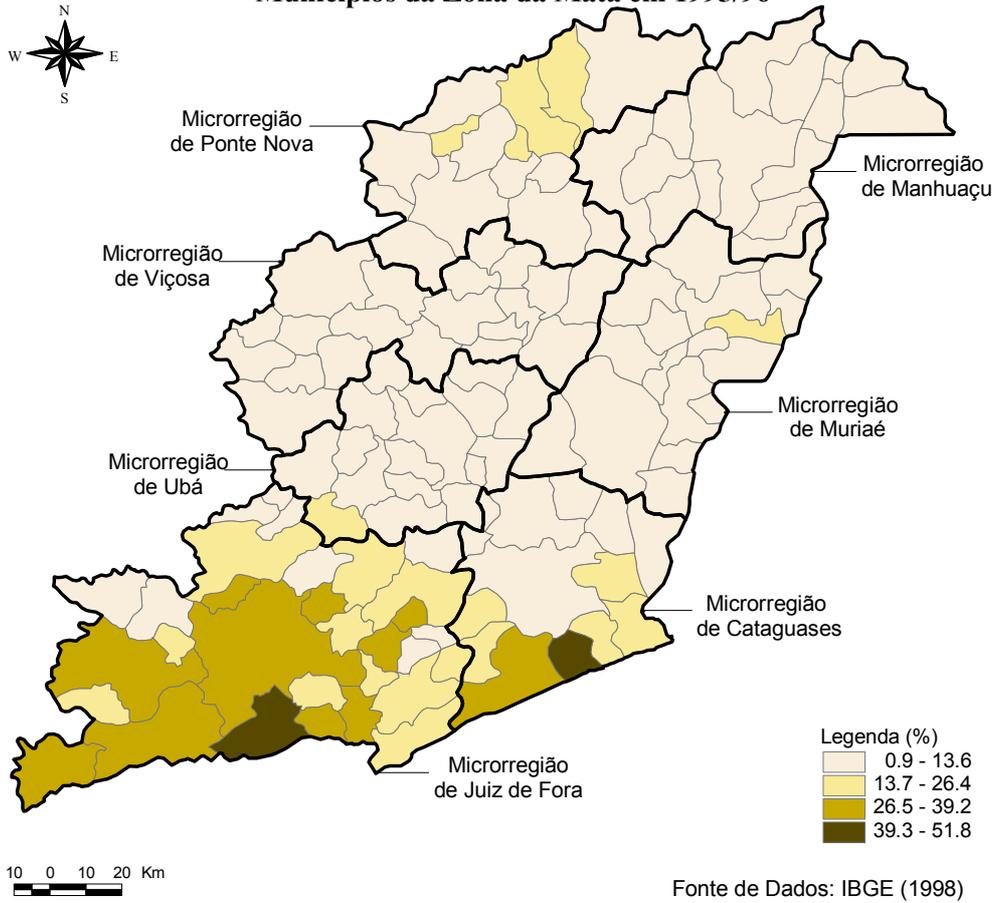
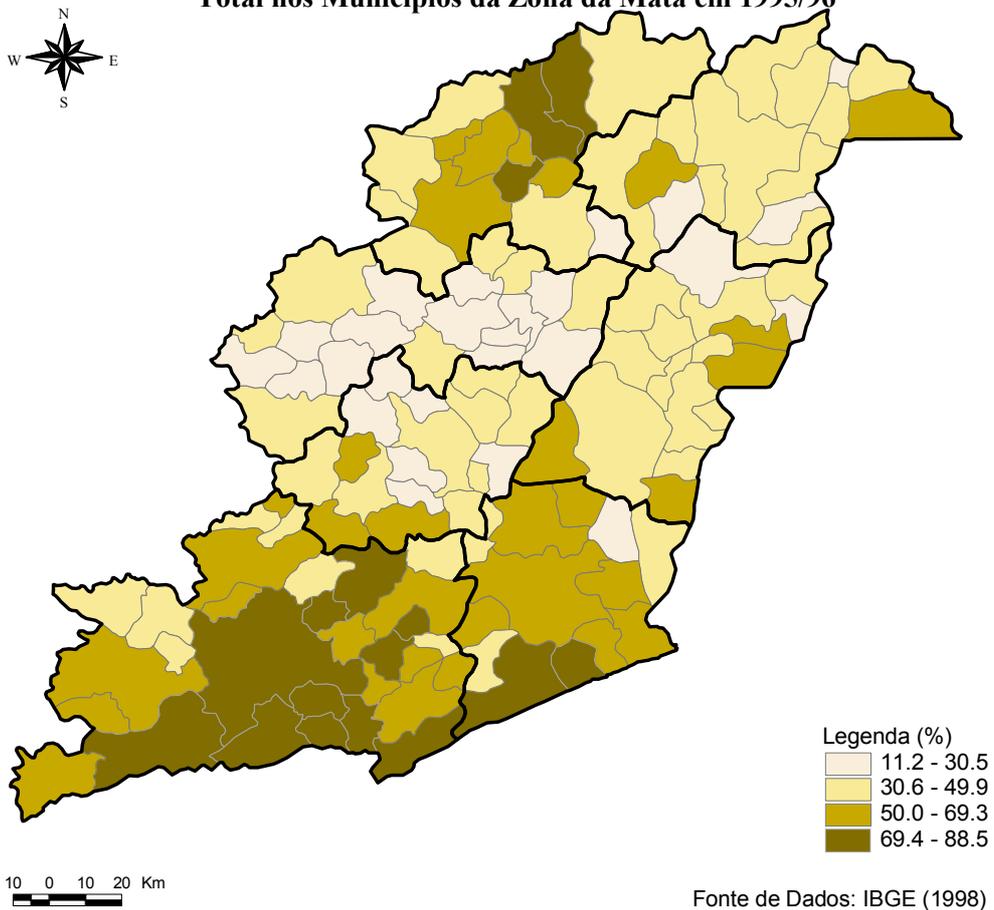


Figura 5- Porcentagem da Área Ocupada pelos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96



A evidência da pecuária extensiva nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases esclarece parte das origens da má distribuição da terra. Os dados do *Censo Agropecuário* de 1995/96 mostraram que os pecuaristas dessas duas microrregiões, no *ranking* estadual das 66 microrregiões mineiras, detinham, respectivamente, o 9º e o 19º posto em termos do número de estabelecimentos com a referida atividade. No percentual da área ocupada com pastagens naturais e artificiais, as duas microrregiões ocupavam, respectivamente, a 14ª e a 10ª posição. Ambas as constatações permitem elucidar o porquê do baixo percentual de população rural nessas áreas, visto que, para se criar gado, emprega-se pouca mão-de-obra.

Outra explicação para a acentuada concentração da propriedade da terra remonta aos períodos colonial e imperial, época do apossamento de terras pelas elites nas bordas e ao longo do Caminho Novo, da expansão do café e das concessões de sesmarias às famílias de prestígio. Carneiro (2008, p.213) ressaltou que por volta de meados do setecentos, os registros de avença do dízimo da freguesia do Caminho Novo indicam que, em termos do valor pago por agricultor, aí se encontrava a produção de mantimentos com o maior grau de mercantilização por lavrador no contexto da capitania mineira. Com a crise da mineração, houve uma desconcentração da produção agrária entre uma base ampliada de lavradores, mas o aumento dos produtores ao longo do caminho e, especialmente, o avanço do café e dos meios de transporte impulsionariam a ampliação da atividade agroexportadora escravocrata e de suas características basilares: acumulação de terras e escravos.

Em meados do século XIX, os Registros Paroquiais de Terras precocemente revelavam uma diferenciação nas estruturas fundiárias matenses. Segundo Carrara (1999, p.24), em 1855, Santo Antônio do Paraibuna concentrava 145 proprietários, com tamanho médio, quando declarado, equivalente a uma ou duas sesmarias. Em Mar de Espanha, Cataguases e Leopoldina, os números dos proprietários eram, respectivamente, 270, 207 e 82. As cifras mencionadas contrastavam com as de Rio Pomba (1.600), Muriaé (553), Visconde do Rio Branco (504), Ponte Nova (365) e Viçosa (327).

Na freguesia de Ubá, 211 proprietários registrados, os dados paroquiais indicavam que o tamanho médio dos imóveis girava em torno dos 37 alqueires (179,1 hectares). Aqueles com mais de 100 alqueires (484 hectares), 9% do total, ocupavam 46% da área declarada. O quadro de Leopoldina era diverso: a dimensão média das propriedades equivalia a 220 alqueires (1.064,8 hectares) e aquelas com mais de 100 alqueires, 33% do total, detinham 88,5% da superfície registrada (CARRARA, 1999, p.25). Em Santo Antônio do Paraibuna (incluído o distrito de Simão Pereira), Andrade (1997, p.24) observou que a dimensão média dos imóveis se situava por volta dos 334 alqueires (1.616,6 hectares). Os proprietários com mais de 200 alqueires (968 hectares), 25% do total, dominavam 93% da área assinalada³². Em Nossa Senhora da Glória (Itamuri, atual distrito de Muriaé) e São Paulo do Muriaé (hoje Muriaé), a mesma categoria, representando 26% dos proprietários, ocupava 82% da superfície declarada³³.

A explicação para as raízes da concentração fundiária na microrregião de Ponte Nova também pode ser buscada na sua formação territorial. No baixo vale do rio Piranga, o arraial de São Sebastião e Almas (Ponte Nova) teve sua expansão advinda da instalação de grandes fazendas que exploravam uma das primeiras culturas mercantis, de grande expressão, instalada na Mata: a cana-de-açúcar. Nas primeiras décadas do século XIX, o referido distrito e o de Paulo Moreira (atual município de Alvinópolis, na mesorregião metropolitana) detinham 42,5% dos engenhos marianenses, conforme apontou Andrade (1998, p.124).

Se o processo de concentração fundiária na Mata é dominante em municípios das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ponte Nova, o da fragmentação da terra se destaca nas

³² As grandes propriedades em Juiz de Fora entre 1850 e 1888, a partir da análise de inventários *post-mortem*, possuíam, em média, 236 alqueires (1.142,2 hectares), 237.714 pés de café e 100 escravos (ANDRADE, 1997, p.24).

³³ Em Nossa Senhora da Glória e São Paulo do Muriaé, embora as grandes extensões das unidades produtivas fossem semelhantes às da vila de Santo Antônio do Paraibuna, a cafeicultura e a posse de escravos tinham um perfil menos concentrado, pois os plantéis não ultrapassavam a média de 23 cativos e os cafezais atingiam pouco mais de 21.000 pés (ANDRADE, 1997, p.25).

microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ubá. Estas possuem como característica central o predomínio do minifúndio (área inferior a 20 hectares) e do pequeno estabelecimento (dimensão entre 20 e 100 hectares). O percentual dos minifúndios e pequenos estabelecimentos sobre o conjunto total dos imóveis rurais e a porcentagem da sua área ocupada sobre a superfície dos municípios da Zona da Mata estão apresentados, respectivamente, nas Figuras 6 e 7. No *Censo Agropecuário* de 1995/96, as microrregiões de Manhuaçu, Muriaé, Ubá e Viçosa, com destaque para a última, exibiram em 68 municípios, 81% do total, mais de 90% dos estabelecimentos classificados como minifúndios ou pequenos, ou seja, com área inferior a 100 hectares. Evidência que sinaliza a grande importância dos imóveis rurais citados. Até mesmo na microrregião de Ponte Nova, distinguida pela concentração fundiária elevada, sete municípios dispunham de grande representatividade dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, dentre os quais o de Sericita, onde os minifúndios e pequenos imóveis chegaram a representar 99% do montante total.

A supremacia maciça dos minifúndios e pequenos estabelecimentos no conjunto geral dos imóveis não encontra correspondência com a proeminência sobre a área ocupada em alguns municípios. Tal equivalência é vital para a manutenção e reprodução dos minifúndios em especial, em vista de suas dimensões reduzidas. Nas microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ubá, 60 municípios ou 87% do total, possuíam mais de 50% do seu espaço ocupado pelos minifúndios e pequenos estabelecimentos. Se neste cálculo acrescentarmos os da microrregião de Ponte Nova, o número se elevava para 67 ou 80% do total. Nesta microrregião, todavia, os imóveis em questão, significativos na composição da soma geral, estão a reboque das médias e grandes propriedades que monopolizam a maioria da área³⁴.

Nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, os minifúndios e pequenos estabelecimentos também compõem parcela expressiva no conjunto dos imóveis rurais. Excluído o município de Belmiro Braga, em todos os outros, os estabelecimentos mencionados superavam, em número, os imóveis classificados como médios e grandes. Apesar da sua representatividade no conjunto total, dispõem de extensões reduzidas. Na microrregião de Juiz de Fora, apenas em oito municípios (26% do total) os minifúndios e pequenos estabelecimentos ocupavam mais de metade da área municipal (com valores modestos, entre 51,7 e 61,4%). Na microrregião de Cataguases, era somente em cinco municípios (36% do total), com valores também próximos à metade (afora no município de Laranjal). De forma semelhante à microrregião de Ponte Nova, a elevada concentração da terra oferece uma explicação para a ocupação de áreas inexpressivas pelos imóveis rurais pequenos.

A participação dos minifúndios (dimensão inferior a 20 hectares) na composição dos imóveis rurais e, especialmente, na área ocupada revela um quadro de fragmentação acentuada deste tipo de propriedade. Em termos de representatividade no conjunto dos imóveis totais, eles predominam em municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova e Ubá, com destaque para as duas primeiras. Nas cinco microrregiões, eles compunham entre 29,6 e 86,1% do conjunto total dos imóveis rurais, mas detinham apenas entre 3,2 e 40% das áreas municipais. Este quadro sinaliza uma situação precária para os minifúndios, pois a exigüidade da sua área ocupada é um entrave às possibilidades, já ínfimas, de crescimento da sua atividade econômica³⁵.

³⁴ Em Rio Casca, São Pedro dos Ferros e Urucânia, por exemplo, os minifúndios e pequenos estabelecimentos representavam, respectivamente, 76,2, 84,4 e 89,6% do conjunto dos imóveis rurais, mas detinham somente 18,5, 24,7 e 25,3% da área municipal. A situação da microrregião é menos desigual em Sericita, onde os estabelecimentos com dimensão inferior a 100 hectares dominavam 83% da área municipal, e em Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba e Jequeri, onde eles ocupavam entre 51,3 a 60,2% do espaço.

³⁵ Desagregando a categoria minifúndios e considerando somente os imóveis rurais com dimensão inferior a 5 hectares, apesar de expressivos no conjunto total, a sua área ocupada é praticamente ínfima. Os exemplos são vários. No município de Barão de Monte Alto, eles eram 321 imóveis rurais (52,5% do total), com média de 1,44 hectares, e detinham apenas 2,62% da área. Em Presidente Bernardes, eram 320 estabelecimentos (44,7% do total), com média de 1,74 hectares, e ocupavam 4,20% da área. Em Porto Firme, eram 736 imóveis rurais (54,6% do total), com média de 1,88 hectares, e compreendiam 8,08% do espaço total municipal. Em Visconde do Rio Branco, eram 323 estabelecimentos (42,6% do total), com média de 1,96 hectares, e ocupavam 4,83% da área. No município de Eugenópolis, eram 609 imóveis rurais (49,4% do total), com média de 1,98 hectares, e correspondiam a 5,23% da área.

Figura 6 - Porcentagem dos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96

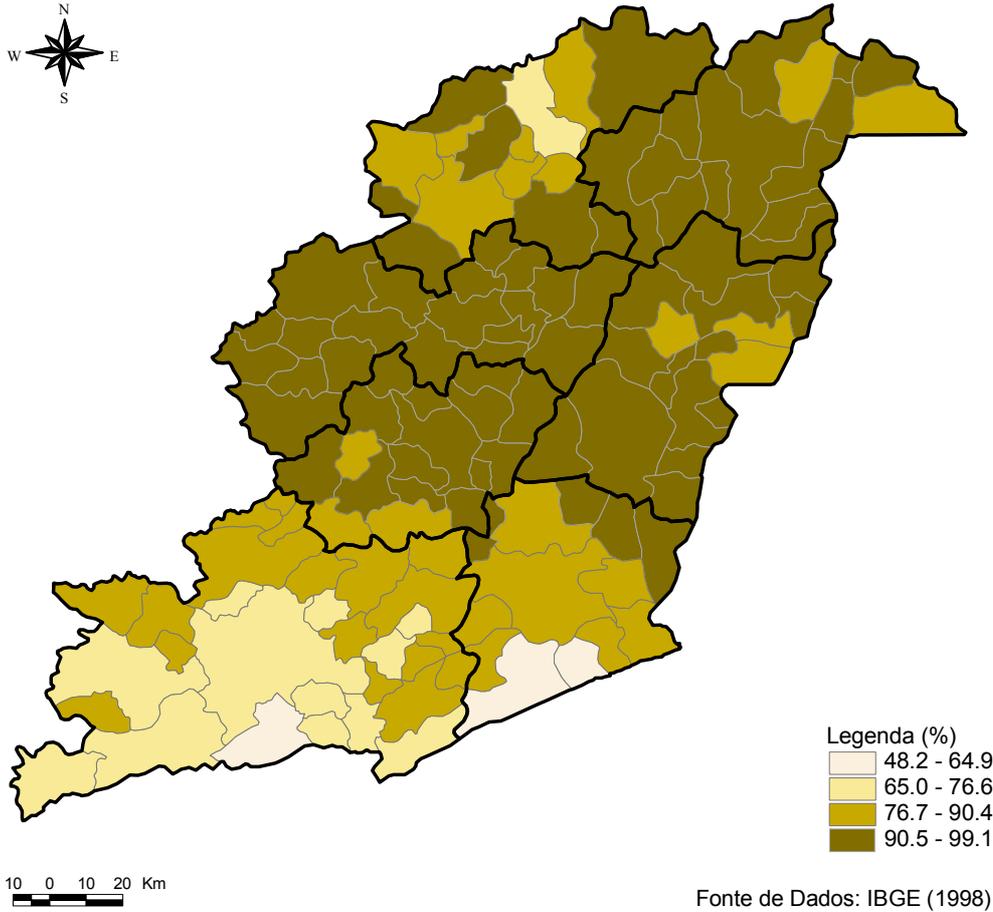
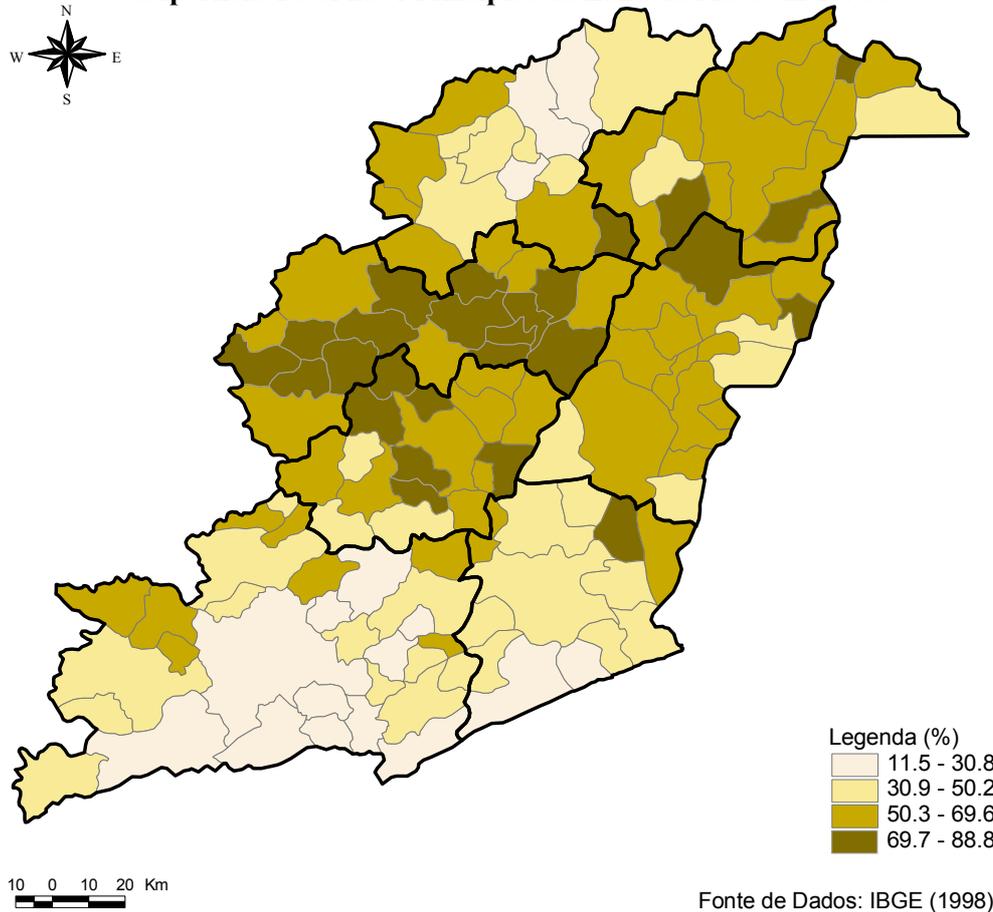


Figura 7 - Porcentagem da Área Ocupada pelos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96



Quais seriam as explicações para a acentuada pulverização de pequenos estabelecimentos fundiários nos municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ponte Nova em especial? A elevada ruralização da população nos municípios componentes das microrregiões citadas oferece uma justificativa, haja vista que a maioria dos municípios exibe baixas taxas de urbanização de sua população. Contudo, o esclarecimento da atomização fundiária pode estar, especialmente, na gênese da estrutura agrária regional. Geralmente, a formação da pequena propriedade aparece na literatura como relacionada à ascensão social dos imigrantes. Mas, sabe-se que em Minas Gerais, a questão da organização do trabalho livre esteve voltada muito mais para uma política de colonização, via atração da população livre, do que propriamente de trabalhadores estrangeiros³⁶.

A elucidação da formação da pequena propriedade remonta ao período colonial. Neste contexto, a freguesia de Guarapiranga compreendia parte expressiva do Centro-Oeste da atual Zona da Mata. Desde as primeiras décadas do século XVIII e, principalmente, a partir de 1750, a proximidade geográfica dessa freguesia com a região das minas promoveu o surgimento e o predomínio de uma agropecuária voltada para o consumo e/ou para o abastecimento interno (prioritariamente familiar e, ocasionalmente, mercantil). Em função da crise da atividade mineradora, tais características foram *intensificadas* na segunda metade do século XVIII com o deslocamento, em escala cada vez maior, da população dos distritos mineradores para as áreas de fronteira, cuja abundância de matos virgens assumiu importância estrutural naquele sistema agrário. Os valores incipientes pagos de dízimo pela grande maioria dos lavradores durante o período colonial indicam a preponderância de uma formação social camponesa³⁷.

Na primeira metade do século XIX, a própria expansão do café na freguesia e entorno, notável nos registros do dízimo, pode ter contribuído para a monopolização da terra. No entanto, esta atividade não teve amplo desenvolvimento como em municípios do sul da região a partir de 1850. Por isso, talvez o fator mais relevante esteja no esgotamento das áreas não apropriadas, o qual atuou como entrave à expansão da formação social camponesa, desencadeando a fragmentação do solo. Na segunda metade do oitocentos, vários agricultores passaram a se inserir em sistemas de trabalho como arrendamento, parceria ou como empregados temporários, conforme relatou Lanna (1988, p.74).

No contexto atual do espaço agrário regional, o predomínio do minifúndio não é casual. Há três séculos atrás, a abundância de terras devolutas foi a característica central da área. Hoje, a situação é inversa, pois o minifúndio é sinônimo de imóvel rural com área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar e incompatível com o pleno emprego da força de trabalho doméstica, portanto, insuficiente para garantir a subsistência e o bem estar sócio-econômico no campo. Sujeito ao comportamento demográfico da população, apesar da redução expressiva da fecundidade da Zona da Mata na última década, o quadro ainda sinaliza para a proliferação da propriedade excessivamente pequena, pois nas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu, as taxas de moradores por domicílio rural ainda são elevadas, próximas às das microrregiões mineiras com os maiores percentuais³⁸.

³⁶ As transcrições a seguir corroboram nossa afirmação. Em 1873, o Presidente da Província de Minas, Venâncio José de Oliveira Lisboa, relatou ser “mais acertado que procurássemos chamar ao trabalho os [trabalhadores] nacionais (RELATÓRIO, 1873, p.19)”. Em outro fragmento, escrito 15 anos depois, a opção adotada por Minas está clara no pronunciamento de Luiz Eugênio Horta Barbosa, Presidente da Província: “mandastes, é certo, fundar núcleos coloniais [...], mas compreendi bem que o vosso pensamento não foi de certo fazer deste sistema o principal da imigração (RELATÓRIO, 1988, p.60)”.

³⁷ Entre 1674 e 1807, segundo Carrara (1999, p.6), dois modos de produção distintos se organizaram na Capitania de Minas Gerais. O primeiro era o escravista e abrangia o setor da mineração, da agricultura e da pecuária para abastecimento dos núcleos urbanos. O segundo era o camponês e estava voltado prioritariamente para o consumo familiar por meio da agricultura e da pecuária. Este teve grande expressão na freguesia de Guarapiranga, conforme atestam os registros de pagamento do dízimo, o qual versava sobre a produção agrária.

³⁸ A concentração fundiária é também um fator explicativo para a fragmentação dos minifúndios. Não é, portanto, mera coincidência que nos municípios da microrregião de Juiz de Fora, portadora da pior distribuição de terras na região, ocorram números expressivos de estabelecimentos com valores muito exíguos de área média.

À multiplicação de minúsculos estabelecimentos, desenvolve-se a reaglutinação e o refortalecimento da grande propriedade. Não obstante, o lavrador com pouca terra ainda resiste, pois parte de seu tempo ele desempenha trabalhos acessórios, como arrendatário ou parceiro em outro estabelecimento rural, ou se ocupa em atividades não-agrícolas. O predomínio do minifúndio em escala crescente ainda surge como um obstáculo à introdução de novas técnicas na agricultura, visto que o tamanho das propriedades torna-se incompatível com a rentabilidade do trabalho mecanizado.

No processo de desenvolvimento rural, a fragmentação da propriedade pode ser um fator mais importante para explicação da pobreza em algumas áreas do que, propriamente, o discurso das tradições sociais as quais estão apegados os agricultores. Logo, a superação da estagnação regional da Mata também passa, indispensavelmente, pela resolução da acentuada atomização do pequeno estabelecimento fundiário, condição essencial para a construção de uma agropecuária familiar em bases competitivas. Neste sentido, determinados tipos de investimentos que privilegiam, tão somente, universos muito restritos, como é o caso do Aeroporto Regional no sul da região, infelizmente produzirão resultados ínfimos.

Finalmente, esperamos ter mostrado, a partir de análises das estruturas sócio-econômica e agrária, que a Zona da Mata não possui forte homogeneidade. A comunidade regional carece de projetos que contemplem esta sua característica fundamental. Assim sendo, é preciso ter cuidado ao elaborar planos de intervenção que se apoiem nos discursos defensores da forte identidade interna. A própria *formação do espaço regional*, ocorrida desde o período colonial, apresentou-se de forma distinta. Nela, deve ser buscada a maioria das explicações para as diferenças atuais encontradas no interior da região.

5. Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ALVES, Márcio Resende Ferrari. **Mata Mineira**. Viçosa: Folha de Viçosa, 1993.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX. In: POLITO, R.; AGUIAR, J. A. C. (Orgs.). **Termo de Mariana: história e documentação**. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125. v.1.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 21-32, dez. 1997.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata: Diagnóstico e Indicações de Ações Prioritárias para seu Desenvolvimento**. Belo Horizonte: BDMG, 2000.

BLASENHEIM, Peter Louis. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835**. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva *et al.* Transformações Sócio-Regionais Decorrentes da Consolidação e Modernização da Cultura do Café no Cerrado Mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.3, p.491-505, set./dez. 2005.

CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. **Os Sertões de Leste**: achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CESAL, Lon; BANDEIRA, Antônio Lima. **Uso da Terra na Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971. Série Convênio IPEA/UFV.

CHAVES, Marilena. A Heterogeneidade Regional em Minas Gerais: como combinar o Dinâmico e o Estagnado. In: LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade de (Orgs.). **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982/2002**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p.313-333. v.1.

FONTES, Rosa; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; SANTOLIN, Roberto. Inequality in Minas Gerais, Brazil: a Study Case on Zona da Mata Region. In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY, 5., 2005, Palma de Mallorca. **Anais...** Palma de Mallorca: ECINEQ, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais**: municípios e regiões: 1985, 1990 e 2000. Belo Horizonte: FJP, 2003. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Belo Horizonte: FJP; IPEA, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Programa de Diversificação Econômica da Região Leste do Estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1967.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas: UNICAMP; Brasília: CNPq, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de Comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 42-59. v. 4, t. 2.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**: estudo de uma Região, a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PAIVA, Maria Cristina Silva de. **A Dinâmica Populacional da Zona da Mata Mineira no Período de 1960 a 1991**. 1995. 144 f. Monografia (Graduação em Economia), Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura em Juiz de Fora em 1870/1929**. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PITA, José Cauby. **Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata, MG: um estudo de caso**. 1982. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1982.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA; FJP, 2003.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, na Sessão Ordinária do dia 3 de fevereiro de 1837. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Vice-Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, na Sessão Ordinária do dia 3 de maio de 1842. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1842.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, na Sessão Ordinária do dia 25 de Março de 1855. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, na Sessão Ordinária do dia 1º de Setembro de 1873. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1873.

RELATÓRIO que à Assembléia Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Luiz Eugênio Horta Barbosa, na Sessão Ordinária do dia 1º de junho de 1888. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1888.

RURALMINAS. **Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata - PRODEMATA**. Belo Horizonte: Fundação Rural Mineira, 1978.

SANTOS, Milton. Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, Rio de Janeiro, v.5, p. 1-15, 1981.

SILVA, Moacir M. F. Geografia dos Transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 407-439, jul. 1940.

SILVA, Sebastião Moreira Ferreira da. Reflorestamento e Incentivos Fiscais na Zona da Mata de Minas Gerais. In: PANIAGO, Euter *et al* (Orgs.). **Estudos sobre uma região agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973. p.105-154. v.2.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIA DE UBÁ. **Feira de Móveis de Minas Gerais - FEMUR 2004**. Disponível em: <<http://www.intersind.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./mar.1951.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Diagnóstico da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **Avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1987.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

_____. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na confederação brasileira- 1889/1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.